

Protocolos | Acordos | Contratos

19. Protocolo de Colaboração "Fazer Bem" com a Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta de protocolo de Colaboração "Fazer Bem", para que este órgão delibere:

- a) Aprovar, nos termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo de colaboração com Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, com os fundamentos constantes nos considerandos daquele documento;
- b) Aprovar alocar ao mencionado protocolo o valor de €50.000 (cinquenta mil euros).

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 30929

Data: 27/03/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Protocolo «fazer bem»

PROPOSTA

Considerando que:

1. De acordo com a alínea e) do artigo 5º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual, constitui princípio especial aplicável à atividade de proteção civil, o princípio da cooperação, que “assenta no reconhecimento de que a proteção civil constitui atribuição do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas;”
2. O n.º 1 do artigo 2º da Lei 32/2007 de 13 de agosto, na redação atual, define que as Associações Humanitárias de Bombeiros, “são pessoas coletivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto;”
3. Os Corpos de Bombeiros, incluindo os detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, constituem agentes de proteção civil, de acordo com alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei de Bases de Proteção Civil;
4. Compete aos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio da proteção civil, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, do n.º 2 do artigo 1.º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual;
5. O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que “A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local”. O artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, determina que “Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;

6. Por outro lado, no seu **artigo 6.º-A**, o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que estabelece o **Regime Jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental**: « As comparticipações podem ser concretizadas através de protocolos ou parcerias com entidades legalmente existentes na área do respetivo município. ».
7. As Associações de Bombeiros Voluntários desenvolvem atividades de relevante interesse público municipal, para além das atividades desenvolvidas no âmbito da proteção civil, prestam ainda os mais variados serviços de cariz social às populações e Instituições abrangidas nas suas áreas de atuação, constituindo a sua existência, um fator de segurança para as populações que servem.
8. Para a concretização dos seus objetivos estatutários, estas associações alicerçam parte da sua atividade, nas contribuições recebidas pelos seus associados, mas também no regime de voluntariado e da boa vontade de todos aqueles a quem serve;
9. O programa de apoio às Instituições locais reconhecidas pela LBP - Liga dos Bombeiros Portugueses, Confederação das Associações e Corpos de Bombeiros de qualquer natureza, que estando legalmente constituídas obedecem aos requisitos da Lei Geral e dos Estatutos da Liga dos Bombeiros Portugueses, em que se enquadra o presente protocolo;
10. Este projeto abrange nos seus objetivos um Plano de trabalho anual conjunto e subscrito entre o Município e a AHBVB que visam uma complementaridade de serviços em iniciativas públicas destinadas aos Bracarenses e o apoio da segunda outorgante nomeadamente ao SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil, à Polícia Municipal de Braga ou à Companhia de Bombeiros Sapadores nesses eventos;
11. A evolução que se tem vindo a verificar no concelho, nomeadamente o aumento da população residente, levando a um aumento dos riscos e consequentemente do aumento das intervenções operacionais dos Bombeiros Voluntários de Braga.

Proponho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, profira despacho no sentido de remeter a presente proposta à Câmara Municipal, para que este órgão delibere:

- 1. Aprovar, nos termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo de colaboração com Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, com os fundamentos constantes nos considerandos daquele documento;**
- 2. Aprovar alocar ao mencionado protocolo o valor de €50.000 (cinquenta mil euros).**

O Vereador com a área de responsabilidade da Proteção Civil

Anexos:

- 1. Minuta do protocolo a celebrar**

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

CONSIDERANDO QUE:

1. De acordo com a alínea e) do artigo 5º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual, constitui princípio especial aplicável à atividade de proteção civil, o princípio da cooperação, que “assenta no reconhecimento de que a proteção civil constitui atribuição do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas;”
2. O nº 1 do artigo 2º da Lei 32/2007 de 13 de agosto, na redação atual, define que as Associações Humanitárias de Bombeiros, “são pessoas coletivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto;”
3. Os Corpos de Bombeiros, incluindo os detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, constituem agentes de proteção civil, de acordo com alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei de Bases de Proteção Civil;

CONSIDERANDO, AINDA, QUE:

4. Compete aos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio da proteção civil, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, do n.º 2 do artigo 1.º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual;
5. O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que “A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local”. O artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, determina que “Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
6. Por outro lado, no seu **artigo 6.º-A**, o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que estabelece o **Regime Jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental**: « As comparticipações podem ser concretizadas através de protocolos ou

parcerias com entidades legalmente existentes na área do respetivo município.».

CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:

- 7.** As Associações de Bombeiros Voluntários desenvolvem atividades de relevante interesse público municipal, para além das atividades desenvolvidas no âmbito da proteção civil, prestam ainda os mais variados serviços de cariz social às populações e Instituições abrangidas nas suas áreas de atuação, constituindo a sua existência, um fator de segurança para as populações que servem.
- 8.** Para a concretização dos seus objetivos estatutários, estas associações alicerçam parte da sua atividade, nas contribuições recebidas pelos seus associados, mas também no regime de voluntariado e da boa vontade de todos aqueles a quem serve;
- 9.** O programa de apoio às Instituições locais reconhecidas pela LBP - Liga dos Bombeiros Portugueses, Confederação das Associações e Corpos de Bombeiros de qualquer natureza, que estando legalmente constituídas obedeçam aos requisitos da Lei Geral e dos Estatutos da Liga dos Bombeiros Portugueses, em que se enquadra o presente protocolo;
- 10.** Este projeto abrange nos seus objetivos um Plano de trabalho anual conjunto e subscrito entre o Município e a AHBVB que visam uma complementaridade de serviços em iniciativas públicas destinadas aos Bracarenses e o apoio da segunda outorgante nomeadamente ao SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil, à Polícia Municipal de Braga ou à Companhia de Bombeiros Sapadores nesses eventos;
- 11.** A evolução que se tem vindo a verificar no concelho, nomeadamente o aumento da população residente, levando a um aumento dos riscos e consequentemente do aumento das intervenções operacionais dos Bombeiros Voluntários de Braga.

É celebrado, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o presente Protocolo, denominado **"FAZER BEM", entre:**

PRIMEIRO OUTORGANTE: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA**, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173 com sede na Praça do Município, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: António Miguel Fernandes Ferreira, que outorga em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, com o NIPC 501 143 637, com sede no Largo Paulo Orósio, da União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, desta cidade, adiante designada por **AHBVB**.

Que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Pelo presente Protocolo as partes estabelecem os termos genéricos de cooperação e concretizam os termos de execução do apoio a prestar pelo Município à AHBVB com vista ao prosseguimento e desenvolvimento da sua atividade humanitária, em articulação com a Proteção Civil Municipal, nos termos dos respetivos estatutos, bem como estabelecem as contrapartidas devidas pela AHBVB face ao Município como correlativo daquele apoio.

CLÁUSULA SEGUNDA

(COMPARTICIPAÇÃO)

1. Para a prossecução dos objetivos compreendidos no presente Protocolo, o Município atribui uma comparticipação financeira, por ano civil, no valor total de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), nos termos da candidatura apresentada pela interessada, que terá de ser posteriormente anexada ao presente protocolo e que fará parte integrante do mesmo.
1. O seu pagamento será faseado por acordo entre as partes.
2. A concretização deste apoio depende do cumprimento dos requisitos materiais e formais constantes da Parte F1 do Código Regulamentar do Município de Braga, pressupondo o seu integral cumprimento, tal como o processo de candidatura.

CLÁUSULA TERCEIRA

(DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES)

1. No âmbito do presente Protocolo incumbe ao Município:
 - a. Conceder à AHBVB a quantia referida na cláusula segunda do presente Protocolo, nos termos ali fixados.
 - b. Acompanhar e avaliar a execução do presente Protocolo, bem como a prossecução do programa de atividades da AHBVB que constitui objeto deste Protocolo.
2. No âmbito do presente Protocolo, e como contrapartida do apoio prestado pelo Município, a AHBVB compromete-se a:

- a. Apresentar como requisito para formalização do presente Protocolo o relatório e contas da Associação do ano transato, devidamente aprovado em Assembleia Geral, bem como o plano de atividades e orçamento.
- b. Manter o serviço humanitário, através do seu corpo de bombeiros, com prontidão, qualidade e eficácia, capaz de realizar a sua atividade e atribuições que lhe incumbem, nomeadamente nas áreas de combate a incêndios, socorro de pessoas, proteção de bens, proteção civil.
- c. Gerir os montantes referidos na cláusula segunda e apresentar ao Município, até ao mês de dezembro do ano seguinte, um relatório de atividades e contas referente à respetiva execução da verba recebida.
- d. A apresentar, nos referidos serviços, quaisquer elementos que lhe sejam solicitados no âmbito da monitorização do Protocolo.
- e. Prestar apoio no âmbito das missões para que seja convocada pelo Município, nomeadamente no auxílio a instituições de solidariedade social, clubes desportivos e eventos de natureza desportiva organizados pelo Município.

CLÁUSULA QUARTA (VALIDADE)

1. O presente Protocolo produz efeitos na data da sua assinatura, e vigorará até ao final do ano de 2024.
2. Findo o período indicado no número anterior desta cláusula, o presente protocolo poderá ser renovado, por novo ano civil, mediante acordo expresso das partes por escrito.

CLÁUSULA QUINTA (VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETO DO ACORDO)

1. O Município pode verificar o cumprimento do objeto do presente protocolo, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir as informações e os documentos que julgue necessários.
2. As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a AHBVB, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.
3. O incumprimento pela Segunda Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no protocolo definitivo constitui motivo para a aplicação das normas previstas na Parte F do Código Regulamentar do Município de Braga.

CLÁUSULA SEXTA
(COLABORAÇÃO ENTRE AS PARTES)

As partes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração, com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste Protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA
(ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE EXECUÇÃO DO PROTOCOLO)

O acompanhamento, controlo e gestão de execução do presente Protocolo é gerido pelo Município de Braga através do Coordenador Municipal de Proteção Civil, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA
(MODIFICAÇÃO DO PROTOCOLO)

1. O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

CLÁUSULA NONA
(SUSPENSÃO DO PROTOCOLO)

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensão com base nos seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA
(RESOLUÇÃO PELAS PARTES OUTORGANTES)

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de direito, pode também ser resolvido quando se verificar:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(REVISÃO DO PROTOCOLO)**

Qualquer alteração dos termos ou condições previstas no presente protocolo carece de prévio acordo escrito entre os outorgantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
(PUBLICIDADE)**

Os outorgantes deverão publicitar, o presente protocolo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(CABIMENTO E COMPROMISSO)**

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica _____ do orçamento do Município de Braga tendo-lhe sido atribuído o número sequencial de compromisso _____.

**CLÁUSULA SEXTA
(DISPOSIÇÃO FINAL)**

1. Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, as autarquias locais estão sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas.
2. No caso em apreço, é dispensada a fiscalização prévia, tendo em conta que o valor é inferior a 750.000€ (setecentos e cinquenta mil euros).

O presente Protocolo, cuja minuta foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em _____ de _____ de 2024, é composto por _____

páginas, sendo a última assinada e as demais rubricadas pelos representantes das partes intervenientes, tendo sido elaborado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Braga, _____ de _____ de 2024

Pelo MUNICÍPIO DE BRAGA
O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio

Pela AHBVB – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA
O Presidente da Direção,

António Miguel Fernandes Ferreira